DEVERES CIVIS MORAIS E ESPIRITUAIS

TEXTO ÁUREO = “Toda alma esteja sujeita às autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus.”

VERDADE PRÁTICA = Diante da sociedade, o crente tem deveres civis, morais e espirituais.

LEITURA BÍBLICA = Romanos 13.1-8

INTRODUÇÃO

Vivendo Como um Cidadão (13.1-7)

Esta seção sobre o dever cristão para com o estado é única nas cartas de Paulo. Podemos imaginar por que ela aparece nesta Epístola em particular. E porque ele está escrevendo à igreja em Roma, a sede do império, onde as preocupações políticas natural mente eram fortes? Ou havia razões, desconhecidas para nós, pelas quais ele se dirigiu aos romanos desta maneira? Talvez as perturbações dos judeus que levaram ao decreto de Cláudio fossem o motivo.

Pode ter havido uma razão teológica para incluir esta explicação sobre o papel do estado. No capítulo anterior, o apóstolo aconselhou os cristãos a não se conformarem com este mundo atual (12.2). Eles deveriam negar lealdade para com as suas instituições e autoridades? Deveriam estar sujeitos aos “príncipes deste mundo” (1 Co 2.6)? Como so mente Jesus é Senhor (1 Co 8.6; Fp 2.9-11), existe lugar para qualquer outro domínio?

Como a cidadania do cristão é do céu (Fp 3.20), ele não está livre das obrigações da cidadania terrena? De tempos em tempos se chegava a estas conclusões, e pode ter sido o teor de alguma linha de pensamento dentro da igreja de Roma que fez com que Paulo escrevesse o que ele escreveu. Não existe, no entanto, nenhuma indicação positiva de que ele esteja respondendo a uma situação específica.

A conexão entre a discussão da autoridade do estado e a seção anterior é, na verdade, muito próxima. Na verdade, a ruptura entre

os capítulos 12 e 13 é mais aparente do que real; Paulo foi levado a introduzir este novo assunto pelo próprio movimento das suas idéias. Em 12.14-21, ele insistiu que o cristão é basicamente um homem de paz, que se recusa a oferecer resistência ao mal. Esta política da não-resistência significa o abandono da justiça nos assuntos humanos?

Dificilmente este conselho deve ser tomado como um modo de vida a ser seguido por todos os homens. Além disso, ele deveria ser generalizado como aplicável a todas as situações nas quais o cristão pode se encontrar?

Consequentemente, por diversas razões, surge a pergunta quanto a qual é a atitude que o cristão deve assumir com relação às autoridades civis, cuja responsabilidade é impedir as ações ilegais. O governo civil é contrário à vontade de Deus?

Para responder esta pergunta, Paulo interrompe a sua discussão sobre ágape, que ele conclui em 13.8-10. O fato de que ele coloque esta seção no meio de uma passagem na qual ele está explicando a natureza do amor cristão indica fortemente que o conflito entre ágape e a justiça civil não deve ser interpretado em termos de antíteses, mas sim em termos de coisas que são complementares. O cristão é um cidadão de duas ordens, e Paulo parece estar dizendo com o Mestre: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus” (Mt 22.21).

Finalmente, é importante ver que o tratamento que Paulo dispensa ao papel do estado é positivo. Ele serve ao “bem” do homem (v. 5). Embora o estado não deva ser confundido com a igreja - e seja estranho ao amor de Deus em Cristo - ele opera dentro da vontade providencial de Deus. E esta opinião que forma a base para a atitude cristã de obediência às autoridades civis.

A seção começa com a palavra de conselho: Toda alma esteja sujeita as autoridades superiores (1; exousiais hyperechousais, “as autoridades governantes”, NASB, RSV). Toda alma (pasa psyche) é um hebraísmo que sugere a idéia da obrigação individual. Esta visão

de submissão à autoridade estabelecida era amplamente apoiada no judaísmo. Ela encontra sua primeira expressão com Daniel (2.21, 37-38; 4.14, 26). No livro apócrifo da Sabedoria lemos: “Ouçam, portanto, ó reis, e entendam; aprendam, sejam juízes dos confins da terra... pois o poder é dado a vocês pelo Senhor, e a soberania do Altíssimo, que irá testar as suas obras, e sondar os seus conselhos.

Porque, sendo ministros do seu reino, vocês não julgaram corretamente, nem mantiveram a lei, nem andaram segundo o conselho de Deus” (6.1-4). A idéia aqui é igual à de Paulo: não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus. O livro da Sabedoria, no entanto, dirige o seu aviso às autoridades, e não aos súditos.

O conceito de que as autoridades civis governam por ordenação divina é a idéia comum, e na verdade tem as duas implicações (ou seja, a de que os governantes deveriam cumprir as suas obrigações com dignidade, e que os súditos deveriam lhes respeitar e obedecer”.

O estado não é simplesmente uma instituição civil. Ele existe por ordem divina. Com o livro de Sabedoria, Paulo certamente concordaria que nem tudo o que as autoridades fazem está necessariamente de acordo com a vontade de Deus. “Existem autoridades boas e más, governos tementes a Deus e governos sem Deus. Existem algumas autoridades que usam os seus poderes em harmonia com a vontade de Deus, e outras que usam mal os seus poderes e procuram pisar a vontade de Deus sob os seus pés. Mas Paulo agora não está falando dessas diferenças. Ele está falando do que todas as autoridades têm em comum, ou seja, o fato de que são instituídas por Deus. O fato de que existam governos no mundo não é uma invenção arbitrária do homem, mas um fato ordenado por Deus”.

Com base neste tema fundamental, Paulo aborda o primeiro ponto prático: Por isso, quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação (2; krima, “condenação”, Wesley, NASB; “julga mento”, RSV). Opor-se à autoridade é opor-se a Deus, e tal oposição está sujeita à punição. Como krima é a punição que vem por meio dos instrumentos humanos do estado, ela é mais temporal do que eterna. Apesar disso,

é o julgamento e a “ira” de Deus (cf. v. 5) que estão sendo executados no processo.

O papel do governo é retratado aqui em termos negativos: ele pune aquele que resiste às suas ordens. Se a anarquia deve ser evitada, as autoridades do governo devem ser investidas de poderes de repressão e punição. Por outro lado, os magistrados não são terror para as boas obras (3). O lado positivo do governo não é sempre aparente, pois o seu objetivo primário é o de refrear o exercício irresponsável da liberdade. Pela sua própria natureza, ele conflita com as pessoas que respeitam a lei.

Mas a pessoa que exerce a autodisciplina não entra em conflito com o estado. Ela não tem razão para temer a autoridade. “O cidadão cuja intenção é a de viver na sua esfera e desempenhar o seu papel sem desrespeitar os direitos do seu próximo, está agindo da mesma maneira que a autoridade do estado, e não tem nada a temer por parte dela; esta pessoa está realizando uma boa obra pela qual será louvada pela autoridade do estado”.

Como o estado existe por ordenação divina, Paulo agora pode dar um passo adian te e declarar que a autoridade civil é ministro de Deus para teu bem (4; cf. Sabedoria 6.4, onde os governantes são mencionados como “ministros do seu reino”). O magistrado é ministro (diakonos, servo) de Deus para preservar a paz e a tranqüilidade na sociedade. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus e vingador para castigar o que faz o mal. “A espada era levada, se não por eles, pelo menos diante dos altos magistrados, e simbolizava o poder da vida e da morte que eles tinham nas suas mãos”.

Isto equivale a dizer que a espada do magistrado aqui é “o instrumento da punição com a morte, que Deus autoriza que ele inflija”. Entretanto, entendemos que isto não sanciona a prática da pena de morte como pode ser o costume em determinadas sociedades. A consciência cristã tem o direi to de questionar e mudar as leis de um estado, para torná-las de acordo com a vontade e o entendimento de Deus.

Quimby colocou bem o tema: “Hoje, sob as nossas diferentes formas de governo, em um caso de injustiça, este ensino de Paulo não pode ser interpretado como significando: Nunca objete a nenhuma lei, nunca suscite a revogação ou a mudança, nunca procure reformas. Mas naquela época significava, como ainda hoje significa, muito apropriada mente: Nunca desconsidere a ordem pública decente! Nesse caminho estão a anarquia e o caos, que são contrários a Deus, pois Deus é Deus de ordem”.

Os governantes devem ser obedecidos, não apenas porque têm o poder sobre a vida e a morte dos seus súditos, mas também porque isto é o certo. E necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência (5). A consciência reconhece o direito do estado como uma ordem de Deus, para requerer a nossa obediência. O estado exige não somente a boa vontade, mas também o apoio ativo dos seus cidadãos.

Paulo escreve: Por esta razão também pagais tributos (6). A palavra tributo (phorous) é freqüentemente usada como uma referência aos pagamentos feitos por uma nação dominada, mas aqui provavelmente se refere a qualquer imposto criado para o sustento do governo. A maioria das versões modernas traduz a palavra como “taxas”. Além disso, as autoridades são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo (não coletando taxas, mas promovendo o bem e contendo o mal).

Apalavra traduzida como ministros (leitourgoi) era uma palavra comum para designar cargos públicos, e especialmente aqueles que realizavam obras públicas a serviço do estado. A palavra propriamente dita (embora Paulo a use para descrever o seu próprio cargo - 15.16) não é um termo teológico, mas deriva alguma importância teológica do genitivo ‘de Deus’.

Os magistrados romanos, embora não soubessem disso, eram servidores públicos, não de Roma, mas de Deus; era a sua obra que eles realizavam. Nisto está à verdadeira autoridade deles, e o direito de receberem ‘tributos’

A conclusão de Paulo é: dai a cada um o que deveis: a quem tributo (phoron), tributo; a quem imposto (telon), imposto; a quem temor,

temor; a quem honra, honra (7). Várias distinções foram feitas entre phoros e telos. Lietzmann define a distinção como sendo entre os impostos diretos e indiretos, respectivamente. Sanday e Headlam opinam que phoros designa o tributo cobrado por uma nação estrangeira dominante, e telos os impostos normais. Knox provavelmente esteja certo quando sugere: “Talvez Paulo não tenha em mente nenhuma distinção particular; certamente ele não pensa em respeito e honra como devidas a duas classes diferentes de homens... o caso é que, seja o que for que alguém verdadeiramente deve a outra pessoa (o que lhes é devido), seja dinheiro ou respeito, este alguém deve pagar integralmente”.

Em 13.1-7, Paulo indica “As Duas Atitudes do Cristão em Relação ao Seu Governo”. 1) Submissão, 1-5; 2) Apoio, 6 (Ralph Earle).

3. Cumprindo a Nossa Obrigação (13.8-10)

Paulo concluiu então o seu tratamento teológico da lei civil. Qual é a relação entre essa lei e a lei de Moisés? Esta passagem mostra que não existe conflito nem contradição, porque o amor que cumpre a lei de Deus significa amar o próximo como a si mesmo.

A transição se faz a partir do preceito: “Dai a cada um o que deveis”, para o seu corolário negativo: A ninguém devais coisa alguma (8). Isto quer dizer: Não continuem em um estado de dívida de quaisquer das obrigações mencionadas no versículo 7, mas cumpram-nas e paguem-nas completamente.

“Livrem-se de todas as dívidas, não negando, ignorando nem fugindo delas, mas pagando-as: existe somente uma dívida de que ninguém consegue se livrar - a dívida do amor”. “Não devam nada a ninguém, exceto (ei me) o amor uns aos outros” (NASB). Barrett parafraseia: “Façam com que sua única dívida seja o amor mútuo que vocês devem uns aos outros como cristãos”.

A dívida que temos não está constituída por nenhum relacionamento natural, mas é criada pelo mandamento de Deus: porque quem ama aos outros (ton heteron, “o outro”) cumpriu a lei (a lei de Deus). É significativo que Paulo não diga “próximo” aqui, como nos versículos 9 e 10. Ele está afirmando um princípio moral. “Assim como a fé cristã significa que um homem está preparado para adorar e obedecer a Deus mais do que a si mesmo, também o amor cristão significa que a sua atenção não se dirige a si mesmo, mas àqueles que são basicamente outros, além de si mesmo (cf. Fp 2.4)”.

O amor pelo “próximo” pode perfeitamente significar o amor por aquele que tem as mesmas opiniões; mas este amor não será cristão, a menos que inclua o homem que é, de algum modo, diferente de mim.

Paulo passa a mostrar a maneira como o amor cumpre a lei. Com efeito: Não adulterarás (Êx 20.14; Dt 5.18), não matarás (Êx 20.13; Dt 5.17), não furtarás (Êx 20.15; Dt 5.19), não darás falso testemunho, não cobiçarás (Êx 20.17; Dt 5.21), e, se há algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo (9; Lv 19.18). O apóstolo aqui faz eco ao resumo feito por Jesus da lei de Deus em dois “grandes mandamentos” (cf. Mt 22.34-40; Mc 12.29-31). O significado é claro: Se você amar o seu próximo (supondo que nós colocamos nesta palavra o significado do “outro” do versículo 8), você não o ofenderá de maneira nenhuma. Como Paulo prossegue dizendo: O amor não faz mal ao próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor (10).

O amor enchendo o coração e acabando com a má vontade - isto constitui o cumpri mento das exigências da lei. A lei não exige do cristão a absoluta perfeição em cada detalhe de comportamento; ela requer uma motivação de amor. A vida cristã não deve ser uma luta escrupulosa por um ideal impossível de perfeição, mas sim uma entrega alegre do próprio ser ao amor de Deus em Cristo. O amor cristão tem a sua fonte em Deus (1 Jo 4.10); ele é derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo, que é dado a cada um de nós (5.5).

Através desta dádiva do Espírito Santo, o crente fica capacitado a cumprir “a justiça da lei” (8.4, RSV). Isto é o que John Wesley chamou de perfeição cristã: “Amar a Deus com todo o nosso coração, pensamento, alma e forças. Isto implica em que nenhum humor errado, nada contrário ao amor, permanece na alma, e que todos os pensamentos, palavras e ações são governados pelo puro amor”.

4. Esperando a Consumação (13.11-14)

Agora o apóstolo conclui esta seção lembrando-nos de que os cristãos devem viver uma vida de acordo com a nova época que está prestes a chegar, na sua glória, com a vinda de Cristo. Não devemos estar conformados com o esquema da época atual; as nossas mentes devem se transformar em harmonia com a nova época de Deus (12.2). Assim, ao chegar ao final destas exortações, Paulo retorna ao seu ponto inicial.

Conhecemos o tempo (11; ton kairon) em que vivemos. A palavra grega significa “tempo divino”, como uma diferenciação de chronos, que é o tempo expresso pelo calendário. Kairos é um momento divinamente determinado no processo do tempo, e é usado tecnicamente no Novo Testamento como referência ao tempo anterior à Parousia de Cristo (1 Co 7.29).

Conhecendo o tempo, nós não nos comportamos como aqueles que não sabem que o final está próximo. Nós percebemos que é já hora de despertarmos do sono; porque a nossa salvação está, agora, mais perto de nós do que quando aceitamos a fé.

Nós vivemos esperando o dia da salvação que está raiando. De certa maneira, a nossa salvação é uma realidade presente, mas por outro lado ela é incompleta até que Cristo retorne para nos dar a sua glória (veja 8.17-23).

E desta salvação futura que Paulo está falando quando ele diz que a nossa salvação está, agora, mais perto de nós do que quando aceitamos a fé. Cada dia que nós vivemos nos leva mais perto “do dia do Senhor”, mais perto do dia da revelação da sua glória.

Paulo falou anteriormente nesta Epístola acerca do tempo antigo como o tempo do pecado e da morte que se encontra sob a ira de Deus. Agora ele o compara com a noite. A noite é passada, e o dia é chegado (12). Enquanto durar o tempo antigo, à noite continua. Mas o momento de decisão chegou, com Cristo. “O oriente do alto nos visitou” (Lc 1.78). A noite continua, naturalmente, mas ela se move rapidamente em direção ao nascer do novo dia. Aqueles que são de Cristo já não mais pertencem à noite, eles são homens da manhã, pois viram raiar o novo dia de Deus.

O apóstolo agora insiste que a nossa vida ética deve estar de acordo com o fato de que nós somos do dia: Rejeitemos, pois, as obras das trevas e vistamo-nos das armas da luz. Em outras passagens, as obras das trevas são chamadas de “obras da carne” (G1 5.19-21). Aqui é dada uma relação abreviada: glutonarias (komois, “farra”, NASB; “folia”, RSV) e bebedeiras, desonestidades (koitais, “promiscuidade sexual”, NASB; “devassidão”, RSV) e dissoluções (aselgeiais, “sensualidade”, NASB; “libertinagem”, RSV), contendas e inveja (13). Tudo isto pertence à noite. Em lugar de tudo isto precisamos vestir as armas da luz.

A exortação como um todo é resumida por uma sentença brilhante: Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não tenhais cuidado da carne em suas concupiscências (14). “Aqui está contida toda a nossa salvação”, comenta Wesley. “É uma expressão forte e bonita para a mais íntima união com Ele, e está revestida de toda a graça que nele habita. O apóstolo não diz: Revistam-se de pureza e sobriedade, sossego e benevolência; mas ele diz tudo isto e mil vezes mais, de uma só vez, ao dizer: Revistam-se de Cristo”. Mas revesti-vos... De Cristo significa despir-se da carne (cf. 8.8-9).

Na terminologia de Paulo, toda a vida cristã pode ser descrita como revestir-se e despir-se. O processo se inicia com a justificação e o batismo. “Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos

revestistes de Cristo” (G13.27; cf. 6.3-4). Mas aquilo que aconteceu implicitamente na conversão deve se tornar real em experiência (6.11-13). Tudo o que pertence ao tempo antigo deve ser despido; tudo o que pertence ao novo, deve ser vestido. “Mas, agora, despojai-vos também de tudo: da ira, da cólera, da malícia, da maledicência, das palavras torpes da vossa boca. Não mintais uns aos outros, pois que já vos despistes do velho homem com os seus feitos e vos vestistes do novo, que se renova para o conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou.

Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade. E, sobre tudo isto, revesti-vos de caridade, que é o vínculo da perfeição” (Cl 3.8-10,12,14; cf. Ef 4.22-24). Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não tenhais cuidado da carne em suas concupiscências - em uma frase vigorosa vemos tudo o que significa ser um cristão.

Evangelista Isaias Silva de Jesus

Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Belém Em Dourados – MS

Comentário Bíblico Volume 08 - Romanos e 1 e 2 Corintios

DEVERES CIVIS MORAIS E ESPIRITUAIS

TEXTO ÁUREO = “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus” (Mt 22 21).

VERDADE PRÁTICA = Deus delegou poder às autoridades para administrar o Estado, manter a ordem pública para o bem-estar social e garantir o direito de seus cidadãos.

LEITURA BÍBLICA = ROMANOS 13.1-7

INTRODUÇÃO

Ser cristão não nos exime de nossos deveres cívicos. A Igreja na condição de segmento da sociedade deve ser submissa ao Estado. A

Epístola aos Romanos discorre sobre os cristãos quanto ao seu relacionamento com Estado. É sobre isso que vamos estudar hoje, na apropriada seção da Epístola.

1. CONCEITO DE ESTADO

1. Estado. O apóstolo nessa breve seção de sete versículos, descarta a possibilidade de a Igreja desconsiderar as autoridades constituídas, O Estado é a nação politicamente organizada ou uma coletividade organizada para fins de governo, e a política é a arte de bem governar e administrar. Onde houver uma comunidade, há necessidade de uma hierarquia política e de uma organização para protegê-la, beneficiá-la e regê-la por leis que regulamentem com justiça e eqüidade a vida em sociedade.

2. Pátria. Disse Rui Barbosa: “A pátria não é ninguém: são todos... não é um sistema e nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo, é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade”. O cristão, .portanto, deve ser patriota, pois é um filho de Deus, tendo na sua vida o amor de Deus e a direção do Espírito Santo para praticar a justiça baseada no amor cristão.

3. As duas pátrias. O apóstolo Paulo também era cidadão de duas pátrias — cidadão do céu (Fp 3.20) e ao mesmo tempo cidadão romano (At 22.25-28). Era cidadão romano, mesmo sendo judeu e, portanto, pertencente a uma raça subjugada por Roma. Ele reconhecia essa dupla cidadania, pois não renunciou a sua cidadania da terra por se tornar cristão, antes se valeu de suas prerrogativas (At 25.11). Por isso também temos compromisso com as duas pátrias — a terrestre e a celestial.

4. As leis romanas. Roma era um império tirano e pagão. Uma pirâmide de corrupção e poder, quase que indestrutível. Mesmo assim, suas leis protegeram até mesmo o apóstolo Paulo quando sua vida corria risco entre os judeus (At 23.20- 24). Paulo recorreu às leis romanas, quando sentiu-se violado nos seus direitos como cidadão de Roma (At 25.9-li).

II. AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS

1. A submissão (v.la). “Toda a alma” é o mesmo que todo o homem. O apóstolo escreveu esta mensagem para os cristãos em Roma, a capital do Império. Com certeza devia haver naquela igreja alguma relutância por parte de alguns, com relação ao Estado, de outra forma o apóstolo não iria abordar esse assunto.

2. “Ordenadas por Deus” (v.lb). A submissão às autoridades é pelo fato destas serem constituídas por Deus para o bem-estar social do povo, incluindo os cristãos. O próprio apóstolo viveu essa experiência, quando as próprias leis romanas protegeram o apóstolo da fúria dos judeus (At 25.9-11). Deus delegou aos homens a sua autoridade.

3. É pecado resistir às autoridades (v.2). Quem desconsidera as leis e os líderes de sua nação, estado ou município, está simultaneamente desconsiderando o bem-estar da população e a ordem pública. Se o cristão se recusa servir a sua nação, ele não está amando o seu próximo, nem colaborando para o bem-estar da sociedade,

4. Oração pelos governantes. Agora, a vida espiritual de cada um é outro assunto; por isso devemos orar por eles (1 Tm 2.1-4). Devemos orar pelos nossos governantes, tanto pela sua administração como também para a salvação deles, e para que possamos ter uma vida pacífica na sociedade.

III. O SERVIÇO MILITAR

1. A espada (v.4). As forças armadas e as polícias civil e militar ou qualquer corporação afim, não são uma figura decorativa. Essas instituições existem para manter a ordem pública. Por isso é necessário punir os infratores da lei. Essa punição é representada nesse texto (v.4), pela palavra “espada”.

2. Pena capital. Muitos entendem que o v.4 é uma referência à pena capital. Pode ser. Deus instituiu a pena capital (Gn 9.6; Lv 20.10). Essas penas no Antigo Testamento foram substituídas na Nova Aliança pelas exclusões do rol de membros da Igreja (cf. Lv 20.10; 1 Co 5.1-5). O apóstolo não ordena, não encoraja e nem aconselha a pena capital; simplesmente reconhece que ela existe.

3. A Bíblia não condena um cristão ser militar. Não há na Bíblia nenhuma proibição ao serviço militar ou a quaisquer cargos públicos. João Batista recomenda aos soldados que fossem bons servidores do Estado (Lc 3.12-14). Não está escrito que Pedro obrigou Cornélio a abandonar a sua centúria (At 10.30-46), nem tampouco obrigou Paulo ao carcereiro de Filipos deixar a sua função pública, pois o mesmo carcereiro transmitiu a Paulo e a Silas a ordem de soltura deles (At 16.31-36).

4. O centurião de Cafarnaum. Jesus em nenhum momento condenou ou desprezou o serviço militar ou a quem a ele servia. Tanto é verídico isto que Ele curou o criado deste militar (Mt 8.13). E importante notar que o mesmo que ensinou o amor ao próximo não condenou o centurião por ser um servidor do exército que dominava o próprio povo judeu.

5. Cafarnaum. Provavelmente Cafarnaum era um posto militar importante do governo romano. Jesus não mandou que o centurião de Cafarnaum abandonasse o cargo (Mt 8.5-13). Centurião é o comandante militar de uma centúria (companhia de cem homens) mas poderia ser uma unidade militar maior.

6. Atitude do centurião. Pela atitude que o centurião tomou (Mt 8.8) podemos observar que ele era um homem humilde, talvez até religioso, pois tinha bom testemunho dos judeus (Lc 7.5). A demonstração de fé do centurião, que muito impressionou o Senhor Jesus Cristo, foi exatamente sobre o serviço militar: “Pois também eu sou homem sob autoridade, e tenho soldados às minhas ordens; e digo a este: Vai, e ele vai, e a outro: Vem, e ele vem; e ao meu criado: Faz isto, e ele o faz” (Mt 8.9). Jesus se admirou da fé dele (Mt 8.10).

IV. RECONHECENDO OS DIREITOS DO ESTADO

1. As leis. O cristão tem o dever de cuidar do bem-estar de todos, e isso inclui o princípio bíblico de amar ao próximo. Não reconhecer as normas baixadas pelo Estado com o propósito de preservar a ordem e o bem-estar da sociedade é uma rebeldia contra os governantes diametralmente contrária a Deus, pois a autoridade "é ministro de Deus para o teu bem" (Rm 13.4).

2. Os limites de César. O apóstolo Paulo escreveu esse ensino num período histórico de relativa calma no Império Romano, com o objetivo de estabelecer regras gerais sobre a conduta do cristão em relação aos governantes terrenos. Essa obediência aplica-se a circunstâncias normais, porque, se de alguma forma essas leis vierem a ferir a consciência cristã fundamentada na Bíblia, não devemos considerá-las, pois os direitos de César terminam onde começam os de Deus. César não pode ir além dos limites delegados por Deus. Numa situação como essa ficamos com a Palavra de Deus (At 4.18,19).

3. Em caso de anomalia estatal. Num sistema monstruoso, brutal, como o nazismo, a atitude do cristão torna-se bem diferente da que seria numa situação normal. Numa situação de anomalia, a atitude do cristão deve ser semelhante à de Pedro e João: "Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos antes a vós do que a Deus?" (At 4.19; 5.29).

4. O tributo (v.6). A tributação existe como recursos para gerir o Estado e desta forma proporcionar a segurança do povo, o bem-estar social e manter a ordem pública. Os impostos são revertidos para benefícios da própria sociedade: "Por esta razão pagais tributos". É, portanto, nosso dever obedecer às autoridades, pagando-lhes impostos (v.7).

5. A responsabilidade cristã, O cristão como cidadão tem o dever de obedecer às autoridades, pagando- lhes os impostos porque é

mandamento bíblico (Rm 13.7). E pecado sonegar impostos. Somos a luz do mundo (Mt 5.14). A Igreja deve sempre ser o espelho da sociedade. O próprio Jesus pagou impostos, sendo Ele dono de tudo; isso para não escandalizar os que estavam de fora e para nos deixar o exemplo (Mt 17.24-27).

CONCLUSÃO

Vivemos num país democrático. Demos graças a Deus por isso. Oremos com perseverança pelas nossas autoridades. É melhor um governo imperfeito do que governo nenhum, onde prevalece o poder absoluto, arbitrário, perverso e desumano. Também, diante de leis perversas não devemos ser omissos. Ver Is 10.1,2; Tg 5.4-6.

Lições Bíblicas CPAD 2°. Trimestre 1998